



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

Nº 00375

PROCESSO SMA

Nº 13.653/2001

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental de Instalação**, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA/420/2005 e na Licença Ambiental Prévia 00762, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: RODOVIAS DAS COLINAS S/A

CNPJ: 03.025.305/0001-46

LOGRADOURO: AV. ANTONIO GAZZOLA, 1001

BAIRRO: JARDIM CORAZZA

MUNICÍPIO: ITU

CEP: 13301-245

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: DUPLICAÇÃO DA RODOVIA DOM GABRIEL PAULINO BUENO COUTO

LOGRADOURO: SP 300

MUNICÍPIO(S): JUNDIAÍ, ITUPEVA, CABREUVA E ITU.

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DESCRIÇÃO: DUPLICAÇÃO DO TRECHO ENTRE OS KM 102+000 E 103+000 DA RODOVIA DOM GABRIEL PAULINO BUENO COUTO - SP 300 E A IMPLANTAÇÃO DO CONTOURNO DE ITU, ABRANGENDO OS MUNICÍPIOS DE ITU E SALTO.

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental de Instalação deverá permanecer no local do empreendimento.
- Previamente à operação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Operação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Operação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental de Instalação não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra(m) a presente Licença 01 anexo(s).
- O prazo de validade desta Licença Ambiental de Instalação é de 06 (SEIS) ano(s), a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

USO DA COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Data 25/12/2005

JOSÉ GOLDEMBERG - Secretário de Estado

SUANI TEIXEIRA COELHO
Secretária Adjunta
Secretaria de Estado do Meio Ambiente



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 01/02

PROCESSO SMA
Nº 13.653/2001

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO N° 00375

Durante o prazo de vigência da LI, o empreendedor deverá atender às seguintes exigências:

- 1) Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento das obras informando os aspectos relevantes da implantação do empreendimento, os resultados dos monitoramentos previstos, a situação atualizada da implementação das medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias e dos programas ambientais, a análise da eficiência das medidas preventivas e mitigadoras adotadas e o estágio de atendimento às condicionantes técnicas preconizadas no processo de licenciamento ambiental do empreendimento. Deverão constar também desses relatórios as não conformidades observadas durante a execução das obras e as respectivas medidas corretivas adotadas, indicando a causa das não conformidades e apresentando avaliação da necessidade de implementação de medidas adicionais ou de adequação das medidas ambientais previstas no licenciamento;
- 2) Apresentar os resultados da campanha de medição dos níveis de ruído até 90 (noventa) dias após a emissão da LI e as informações solicitadas pela CETESB no Despacho 015/05/ET (cópia anexa);
- 3) Informar nos relatórios periódicos como foi realizada a instrução das empresas construtoras sobre a necessidade de atendimento às condicionantes e exigências técnicas estabelecidas no processo de licenciamento para a fase de implantação do empreendimento;
- 4) Atender aos compromissos estabelecidos nos TCRAs firmados com o DEPRN e informar nos relatórios periódicos o estágio de seu atendimento;
- 5) Encaminhar as outorgas do DAEE a serem obtidas antes do início das intervenções em recursos hídricos;
- 6) Informar os progressos do atendimento aos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA;
- 7) Atender aos procedimentos estabelecidos na Resolução SMA 30/00 para as áreas de empréstimo externas à faixa de domínio e sem restrição ambiental. No caso de áreas de empréstimo que não se enquadrem naquela Resolução, o empreendedor deverá providenciar a autorização do DEPRN antes do início das intervenções e apresentar ao DAIA plano de utilização e projeto de recuperação final de tais áreas, além da autorização do proprietário e manifestação da Prefeitura Municipal;
- 8) Caso seja necessária a utilização de áreas para bota-fora externas à faixa de domínio, o empreendedor deverá protocolar no DAIA requerimento para licenciamento ambiental específico, conforme determina a Resolução SMA 41/02 em seu Artigo 1º. Esse requerimento deverá ser instruído com: Parecer Técnico Florestal do DEPRN, se necessário; estudo detalhado das áreas selecionadas contendo uma caracterização completa da área e do entorno imediato, os volumes envolvidos, o plano de utilização e o projeto de recuperação final; além da autorização do proprietário e a manifestação da Prefeitura Municipal;
- 9) Apresentar projeto de recuperação final do canteiro de obras. Caso seja necessária a implantação de unidades de apoio industriais, o empreendedor deverá proceder ao licenciamento ambiental na CETESB. Para a obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO, o empreendedor deverá atender à seguinte exigência:
- 10) Apresentar relatório final comprovando a conclusão das obras de duplicação no trecho entre os km 102+000 e 103+000 da rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto - SP 300 e de implantação do Contorno de Itu, informando os resultados dos monitoramentos previstos, a situação da implementação das medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias e dos programas ambientais, a análise da eficiência das medidas preventivas e mitigadoras adotadas, e o estágio de atendimento às exigências ambientais preconizadas no processo de licenciamento ambiental do empreendimento. Deverão constar também desse relatório as não conformidades observadas durante a execução das obras e as respectivas medidas corretivas adotadas, indicando a causa das não conformidades e informando se foram implementadas medidas adicionais ou de adequação das medidas ambientais previstas no licenciamento.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 02/02

PROCESSO SMA

Nº 13.653/2001

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO N º 00375

Após a obtenção da LO o empreendedor deverá:

11) Apresentar em até 60 (sessenta) dias após a emissão da LO os resultados da campanha de medição dos níveis de ruído nos pontos identificados como críticos, a ser realizada até 45 (quarenta e cinco) dias após emissão da LO, com o acompanhamento de técnico do Setor de Avaliação de Tecnologia do Ar, Ruído e Vibrações da CETESB, conforme orientação dessa Companhia e, caso tenham sido identificados locais com níveis de ruídos superiores aos valores permitidos pela legislação vigente, implementar medidas mitigadoras em até 180 (cento e oitenta) dias.

XX
XX
XX
X

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem